

	<p>SUBSEÇÃO DIEESE- CONDSEF/FENADSEF</p> <p>Setor Bancário Sul – Quadra 1 – Bloco K – Salas 308/314. Edifício Seguradoras. Asa Sul – Brasília/DF CEP: 70.093-900 E-mail: sucondsef@dieese.org.br Telefone / Fax (0xx61) 3031-4211</p>	
---	--	---

Relatório 21¹:

Relatório de acompanhamento da PEC 32

25 de maio de 2021

¹ Este relatório foi elaborado pela Subseção do DIEESE na CONDSEF/FENADSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) para subsidiar as discussões da Direção Executiva e suas entidades filiadas em relação aos trâmites da PEC 32.

1 – Modificações em relação ao relatório anterior (relatório 20)

O relatório de hoje traz as seguintes informações adicionais em relação ao relatório anterior:

- No “item 2 – Informações sobre a PEC 32” – o relatório traz 6 informações, com destaques para a reunião marcada na CCJ para retomar os debates sobre o parecer do relator (dia 24 de maio), como também mais uma Audiência Pública na CLP (Comissão de Legislação Participativa) hoje – 24/05, e o estudo da Consultoria do Senado a respeito da PEC.
- No “item 3 – Situação atual que se encontra” - O prazo de Vista foi encerrado.
- No “item 4 – tramitação detalhada” – tramitações do dia 24/5, inclusive com a apresentação do Parecer com 3 (três) emendas supressivas saneadoras.
- No “item 6 – Enquete da PEC 32, pois são apresentados os dados atualizados (até 24 de maio) da enquete relativa à PEC 32.
- No “item 8 – Agenda do dia de hoje (25 de maio) – Reunião Deliberativa na CCJ e Audiência Pública na CLP.

2 – Informações sobre a PEC 32

Informação 01 – Relator pede a exclusão de novos trechos da reforma administrativa

Comissão de Constituição e Justiça retoma discussão do parecer nesta terça-feira

24/05/2021 - 20:10

Darci de Matos modificou parecer que defende a constitucionalidade da proposta

O relator da reforma administrativa ([PEC 32/20](#)), deputado [Darci de Matos \(PSD-SC\)](#), apresentou nesta segunda-feira (24) uma mudança em seu parecer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, prevendo a supressão de novos itens na proposta do Executivo. A fase de discussão do texto foi iniciada e terá continuidade nesta terça-feira, a partir das 9 horas.

O relator sugere que sejam suprimidos do texto todos os novos princípios da administração pública previstos pelo governo: “imparcialidade”, “transparência, inovação, responsabilidade, unidade, coordenação, boa governança pública” e “subsidiariedade”.

Segundo Darci de Matos, “a inclusão de novos princípios no texto constitucional, embora seja boa a intenção, pode gerar interpretações múltiplas e completamente divergentes, o que

consequentemente deve gerar provocações ao Supremo Tribunal Federal para dispor sobre sua efetiva aplicabilidade em situações, por exemplo, de improbidade administrativa”. Para o relator, a inclusão dos novos princípios geraria insegurança jurídica.

O parecer de Matos já recomendava a exclusão de dois itens. Um deles proíbe que servidores ocupantes de cargos típicos de Estado possam exercer qualquer outra atividade remunerada. O relator considerou esse trecho inconstitucional porque impede o exercício de outra atividade mesmo que haja compatibilidade de horários.

O outro ponto que Darci de Matos sugere que seja retirado é o que estabelece que o presidente da República possa extinguir entidades da administração pública autárquica e fundacional. Segundo Matos, essas entidades são vinculadas e não subordinadas aos ministérios, e a possibilidade de extinção por decreto do chefe do Poder Executivo prejudicaria o modelo de separação de poderes.

Na discussão, o deputado [Ivan Valente \(Psol-SP\)](#) defendeu o concurso público e a estabilidade dos servidores. “Quando se fala em impessoalidade, nós temos que falar de concurso público. A estabilidade do emprego é a base de um Estado republicano, junto com o concurso público e o Regime Jurídico Único. Agora querem cinco formas de regime, inclusive por contratação provisória”, criticou.

O deputado [Diego Garcia \(Pode-PR\)](#), por outro lado, destacou pontos que considera importantes para garantir a modernização do Estado. “A proposta confere maior dinamismo, racionalidade e eficiência à atuação do Estado. A PEC 32 também visa aproximar o serviço público brasileiro da realidade do País. E o último ponto é garantir condições orçamentárias e financeiras para a existência do Estado e para a prestação de serviços públicos de qualidade”, elencou.

Diego Garcia defendeu que, durante a tramitação da PEC, sejam incluídos, nas mudanças previstas pela reforma, membros do Poder Legislativo, magistrados e promotores, por exemplo.

O deputado [Gilson Marques \(Novo-SC\)](#) defendeu a inclusão dos três Poderes e dos atuais servidores na proposta, assim como a criação de processo seletivo para contratação de funcionários comissionados. Segundo ele, não é uma questão de se o serviço público é bom ou não, mas sim se o País pode pagá-lo, e ele acredita que não. “Ainda que ele fosse bom, necessário e, de fato na atual conjuntura, principalmente em pandemia, é óbvio que foi essencial, nós não necessariamente por conta disso precisamos reprovar essa PEC da reforma administrativa, pelo simples fato de que não importa se é bom ou ruim, o brasileiro precisa dar conta de pagar”, defendeu.

Já a deputada [Perpétua Almeida \(PCdoB-AC\)](#) argumenta que a proposta vai custar caro ao cidadão. “Quando o governo diminui os serviços de saúde, pra chamar isso de Estado mínimo, ele está aumentando a conta no bolso do cidadão comum, que terá de buscar saúde privada. Estado mínimo significa que quando o governo diminui a sua responsabilidade na educação, o brasileiro passa a ter menos oportunidades, menos escolas para botar seus filhos para estudar e ele passa a buscar a escola privada”, afirmou.

Para a deputada [Joênia Wapichana \(Rede-RR\)](#), esse não é o momento de debater essa proposta. “Todo mundo está preocupado, sim, mas em se manter vivo, essa é a nossa realidade hoje. Todos querem salvar suas vidas, querem vacinas, querem manter um ambiente de qualidade, querem manter suas terras protegidas, querem emprego, querem comer. Nós não estamos tranquilos para deliberar uma situação que vai afetar a maior parte da sociedade brasileira”, justificou.

Mas o deputado [Carlos Jordy \(PSL-RJ\)](#) defendeu que outras matérias não relacionadas à pandemia já foram votadas. “Quantas outras questões já foram votadas, de interesse da oposição, sobretudo no Plenário, e não se discutiu isso? Não viram problema em votar questões que não são relacionadas à pandemia. Aí falam também de auxílio emergencial. É uma verdadeira hipocrisia porque dinheiro não dá em árvore. As reformas são necessárias para isso”, disse.

A proposta de reforma administrativa enviada pelo Executivo ao Congresso restringe a estabilidade no serviço público e cria cinco tipos de vínculos com o Estado. O texto estabelece que leis complementares tratarão de temas como política de remuneração, ocupação de cargos de liderança e assessoramento, progressão e promoção funcionais e definição dos cargos típicos de Estado.

A previsão é que a discussão do texto seja encerrada nesta terça-feira (25) na CCJ e a proposta seja votada em seguida. Aprovada na comissão, a reforma administrativa ainda precisa ser analisada por uma comissão especial, pelo Plenário da Câmara e pelo Senado.

- [Saiba mais sobre a tramitação de propostas de emenda à Constituição](#)

Reportagem - Paula Bittar - Edição - Geórgia Moraes

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/763350-relator-pede-a-exclusao-de-novos-trechos-da>)

Informação 02 – Comissão de Legislação Participativa discute reforma administrativa na terça-feira

24/05/2021 - 11:51

A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados discute nesta terça-feira (25) a proposta de reforma administrativa (PEC 32/20) e suas repercussões no serviço público.

O debate foi sugerido pelo presidente da comissão, deputado Waldenor Pereira (PT-BA). Segundo ele, a reforma "propõe, para além da modificação da estrutura do serviço público nas três esferas, uma profunda alteração na estrutura e no papel do Estado brasileiro".

"Apresentada como uma modernização para a contratação do setor público, a reforma administrativa traz consigo uma agenda de precarização na administração e dos serviços públicos", critica.

Na primeira etapa da tramitação da PEC 32/20, a Comissão de Constituição e Justiça está analisando a admissibilidade da proposta. Se aprovado o parecer favorável apresentado pelo relator, deputado Darci de Matos (PSD-PI), o texto será discutido por uma comissão especial e pelo Plenário, para depois avaliado também pelo Senado.

- [Conheça a proposta do governo](#)

Debatedores

Foram convidados para o debate desta terça-feira:

- a diretora-presidente da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste (Afbnb), Rita Josina;

- o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Araújo;
- o diretor técnico do departamento Intersindical, de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Fausto Augusto Júnior;
- o coordenador-geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra), José Maria Moreira Castro; e
- o diretor parlamentar do Sindifisco Nacional, George Alex Lima de Souza.

A reunião acontece no plenário 5, a partir das 16 horas, e [será possível participar pela internet, inclusive enviando perguntas e sugestões.](#)

Da Redação - CL

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/763359-comissao-de-legislacao-participativa-discute>)

Informação 03 – Consultoria Legislativa do Senado Federal emite Nota Técnica sobre a “Reforma Administrativa”

URGENTE | Confira um trecho da Nota Técnica da Consultoria Legislativa do Senado Federal sobre a "Reforma Administrativa" apresentada pelo governo

"Apesar de ser apresentada pelo Executivo como uma medida de redução de gastos públicos, a PEC 32/2020 apresenta diversos efeitos com impactos fiscais adversos, tais como aumento da corrupção, facilitação da captura do Estado por agentes privados e redução da eficiência do setor público em virtude da desestruturação das organizações.

Por sua vez, os efeitos previstos de redução de despesas são limitados, especialmente no caso da União. Assim, estimamos que a PEC 32/2020, de forma agregada, deverá piorar a situação fiscal da União, seja por aumento das despesas ou por redução das receitas."

Confira a nota na íntegra:

<https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/estudos/tipos-de-estudos/notas-tecnicas-e-informativos/nota-tecnica-69-2021-aspectos-fiscais-da-pec-32-2020-201creforma-administrativa201d-e-proposta-de-medidas-alternativas>

Informação 04 – “Dia seguinte à aprovação da reforma administrativa será caos absoluto”, diz especialista

Por João Frey Em 20 maio, 2021 - 9:27

Em setembro de 2020, o governo enviou ao Congresso a PEC 32, uma proposta de reforma administrativa. Após a análise de juristas, especialistas em administração pública e representantes de servidores públicos, foram apontadas diversas falhas no texto que expõem um processo de construção açodado e pouco plural.

Pedro Pontual, presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Anesp), diz que a proposta encaminhada pelo governo parte de um diagnóstico preconceituoso sobre o funcionalismo público e não de uma pesquisa séria, amparada em dados sobre a qualidade do serviço público brasileiro.

Segundo Pontual, o texto tem problemas em sua justificativa, em suas premissas, e no planejamento de sua implementação. Ele avalia que pode até haver boas intenções na concepção do texto, mas que elas não se traduzem nas propostas apresentadas. “Quando você vai mexer na Constituição, não basta achar, não basta querer”, diz.

Ao propor a reforma administrativa, o governo parte da avaliação de que o Estado brasileiro é caro, inchado e ineficiente. É este mesmo o diagnóstico do serviço público Brasil?

Esta ideia do governo é preconceituosa. Não foi feito um diagnóstico com dados que nos permitam chegar a essa conclusão. Quem tem uma relação mais próxima com o setor privado acaba mesmo desenvolvendo essa ideia de que o setor público é ineficiente. Quem nasce e vive lá na Faria Lima [pólo do mercado financeiro em São Paulo] pensa assim. Quando vem uma pessoa daí para o governo ela traz essa percepção. Eles chegaram ao governo com essa ideia e não tiveram a preocupação de perguntar: “é isso mesmo?”

O material do governo que embasa a reforma - e que só veio a público depois de ser obtido pelo jornal O Globo - parte da conclusão de que o Estado é caro e vai atrás de dados para confirmar isso. É uma seleção de dados feita para levar a esta ideia prévia.

Os erros contidos na proposta de reforma reforçam a tese de que houve pouco compromisso com a qualidade desse diagnóstico. O material que a embasa é raso, de baixa qualidade.

Quais as consequências desse diagnóstico ruim para a proposta?

Como o texto não partiu de um diagnóstico multidisciplinar e que envolvesse todos os níveis da federação, tem muitas falhas nas minúcias que minam completamente o serviço público brasileiro. Não vou presumir má fé. As pessoas podem acreditar mesmo naquilo que está ali, mas não pararam para ouvir. Quando você vai mexer na Constituição, não basta achar, não basta querer.

O que deveria ter sido feito antes para evitar esses erros?

Uma mudança como esta deveria ser submetida a uma discussão que deveria ocorrer ao longo de alguns anos, de modo diplomático e compromissado. Na reforma administrativa que foi feita na Austrália, por exemplo, o embaixador disse em uma audiência pública na Câmara que uma comissão ficou 18 meses estudando o tema, fizeram um relatório de 800 páginas e a partir daí apresentaram oito propostas de mudança.

Deveria ter havido um aprofundamento técnico prévio, antes de o texto ir para o Legislativo. A Câmara não é o local de debate para o grau de deficiência técnica que tem esta PEC.

Quais as consequências da aprovação do texto como está agora?

É um texto em conflito com a realidade, que não parece ter tido qualquer tipo de preocupação com as dificuldades de implementação mínimas. O Ministério da Economia joga o país inteiro num salto de fé em direção ao abismo. Se essa PEC for aprovada assim vamos ter um país com tudo desorganizado. A PEC é niilista, implode tudo, dá um control+alt+del no Estado de bem estar social.

Se aprovada, a proposta muda o cotidiano do serviço público, mas sem uma orientação, sem orçamento. O dia seguinte à aprovação dessa PEC é o caos absoluto. O STF vai ter que reescrever a PEC toda, tudo vai ter um contencioso.

O que significa a inserção do princípio da subsidiariedade na Constituição?

O princípio da subsidiariedade, que está no caput do artigo, prevê, por exemplo, que pode-se usar dinheiro público para fazer uma chamada cooperação com entidade privada com fins lucrativos. Aí esse dinheiro, de acordo com permissão explícita do caput, vai poder pagar salário e uso dos espaços dessa entidade.

Ao ter uma previsão desse tipo, há um conflito com a realidade, de supor uma capacidade privada que não é real.

Sempre que vai dinheiro público para alguma entidade, existe necessariamente uma equipe que avalia relatórios do uso daquele dinheiro. Isso quem tem que fazer o controle é o próprio ministério, mas até agora não sabemos, por exemplo, se o desenho da PEC vai permitir que o servidor responsável por essa análise de contas seja concursado, com estabilidade. Se não for, corre-se o risco de o chefe determinar a aprovação de contas irregulares sob pena de demitir o funcionário.

Estamos diante de uma reforma administrativa ou de uma reforma de estado?

Ela é aquém de uma reforma administrativa na medida em que trata só de questões de pessoal, de recursos humanos, mas em alguns momentos parece querer ir além, parece haver um contrabando de assuntos que seriam de outros temas que são, na verdade, pontos que disfarçam uma forma que permita o uso do dinheiro público sem fazer discussão adequada. É um salto de fé de quem escreveu.

Fonte: <https://congressoemfoco.uol.com.br/economia/dia-seguinte-a-aprovacao-da-reforma-administrativa-sera-caos-absoluto-diz-especialista/>

Informação 05 – Campanha diga não à Reforma Administrativa – campanha da CUT e seus sindicatos



O governo diz que essa reforma combate privilégios, mas a verdade é que ela ataca nossos direitos e acaba com as políticas sociais e os serviços públicos brasileiros.

Sua participação é fundamental para mudar o voto dos parlamentares. No site "Na Pressão" você tem a lista dos membros da CCJ e os links para suas redes sociais. Deixe lá seu recado: "Deputado, quem votar pelo fim dos serviços públicos brasileiros não volta em 2022".

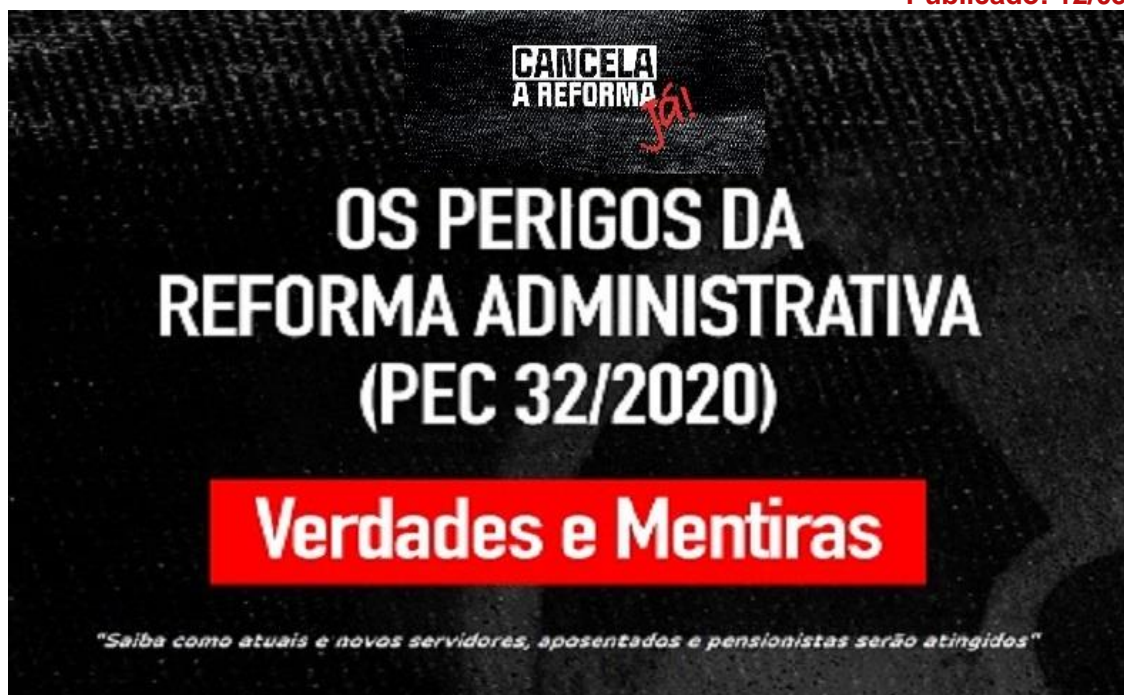
<https://napressao.org.br/campanha/diga-nao-a-reforma-administrativa>

Compartilhe. Vamos lutar por mais e melhores serviços públicos!

Informação 06 – Cartilha detalha verdades e mentiras contidas na reforma Administrativa

O material detalha como os atuais e novos servidores, aposentados e pensionistas serão atingidos pela mudança nos direitos desses trabalhadores, e como ela vai afetar diretamente os serviços prestados aos cidadãos

Publicado: 12/05/2021



Condsef/Fenadsef

Quais as verdades e mentiras contidas na Reforma Administrativa (PEC/32) que a equipe econômica do governo Jair Bolsonaro não quer que a sociedade saiba? Pensando em responder sobre como a reforma vai afetar negativamente a vida de todos, a campanha "Cancela a Reforma" disponibilizou uma cartilha que detalha os retrocessos que a PEC 32/20 trará caso seja aprovada no Congresso Nacional.

Intitulada “*Os perigos da Reforma Administrativa (PEC 32/20): verdades e mentiras*”, o material detalha como os atuais e novos servidores, aposentados e pensionistas serão atingidos pela mudança nos direitos desses trabalhadores, e como ela vai afetar diretamente os serviços prestados aos cidadãos.

O secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, explica que um dos principais pontos a serem esclarecidos é que, diferente do que é veiculado na mídia, o governo mente ao afirmar que “a reforma é necessária para fazer o Brasil voltar a crescer e que ela vai corrigir injustiças”.

A cartilha mostra que a principal verdade que deve ser posta a todos é que “a proposta representa a desorganização do serviço público, tirando do Estado atribuições fundamentais no atendimento à população e abrindo espaço a privatizações de áreas essenciais, entrega da saúde e da educação para Organizações Sociais, fim dos concursos públicos para grande parte dos cargos, apadrinhamento no preenchimento das vagas e quebra da estabilidade facilitando a perseguição política e a pressão das chefias para cumprimento de ordens indevidas ou ilegais”.

Subsidiariedade: setor privado manda

Outro ponto crucial é que ela vai afetar até mesmo a saúde e a educação das crianças, uma vez que serviços públicos como Saúde e Educação deixarão de ser obrigação do Estado e direito da população. “A PEC 32/2020, de Bolsonaro e Guedes, introduz entre os princípios da administração direta e indireta descritos no Art. 37 da Constituição Federal o da subsidiariedade. Ou seja, o Estado passa a ser complementar ao que o setor privado não pode ou não quer atender”, explica a cartilha.

Servidores públicos dos estados e municípios devem se juntar a luta contra a aprovação da reforma, uma vez que ela “se aplica a todo o serviço público do país: à “administração pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 37 da PEC 32/2020)”.

Todos os servidores serão atingidos. O Brasil possui cerca de 10,7 milhões de servidores públicos civis ativos e sua maior parte é constituída de servidores municipais, quase 6 milhões (62,4%), seguida de 3 milhões de servidores estaduais (30,8%), de acordo com dados do IBGE de 2016.

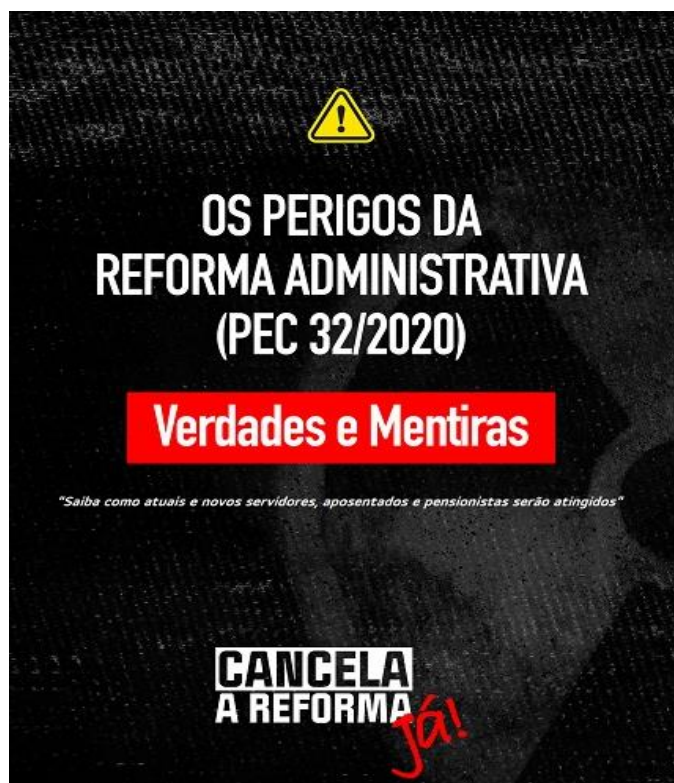
A proposta vai afetar todos os brasileiros, e não apenas os servidores públicos, como o governo defende.

Quais os impactos na Magistratura e Militares?

Enquanto o ministro da Economia Paulo Guedes persegue os trabalhadores que atuam na ponta do serviço público, como professores e enfermeiros, ele poupa os profissionais da magistratura. Ou seja, juízes, procuradores e promotores, cujas “vantagens” são mais recorrentes, maiores e servem para assegurar pagamentos acima do teto do funcionalismo não estão contidos na reforma.

Guedes também deixou os militares de fora da reforma. Enquanto determina várias vedações e perdas de direitos para o pessoal civil, a reforma amplia, por exemplo, a possibilidade de acumulação de cargos civis por militares (já incluídos policiais militares e bombeiros militares), notadamente no magistério. Esse não é o primeiro agrado feito pelo governo Bolsonaro aos militares. Eles também foram poupados na reforma da Previdência.

Acesse e leia a cartilha completa:



**ACESSE NOSSA
CARTILHA**

*Fique por dentro dos
perigos da reforma
Administrativa
PEC 32/20*

*A Reforma Administrativa
faz mal ao Brasil*

*Nos siga nas redes:
@cancelaareforma*

>>Os perigos da reforma Administrativa: verdades e mentiras

Fonte: <https://www.condsef.org.br/noticias/cartilha-detanha-verdades-mentiras-contidas-reforma-administrativa>

3 – Situação atual que se encontra

CAMINHO DA PROPOSTA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Início
- CCJC**
→ ESTÁ AQUI
- Plenário Virtual

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Prazo de Vista Encerrado

Parecer do Relator, Dep. Darci de Matos (PSD-SC), pela admissibilidade, com emendas supressivas saneadoras.

Chegou à comissão em: 09/02/2021

SENADO FEDERAL

Não há tramitação no Senado

Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.

- PDC-936/2018
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.

DISCURSOS EM PLENÁRIO

- 11/05/2021
Fernanda Melchionna (PSOL-RS)
- 11/05/2021
Reginaldo Lopes (PT-MG)
- 11/05/2021
Professora Rosa Neide (PT-MT)
- 11/05/2021
Rogério Correia (PT-MG)
- Mais discursos

REGIME DE TRAMITAÇÃO

Especial (Art. 202 c/c 191, I, RICD)
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

■ Entenda

Segue abaixo o link do relatório completo:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2009387

Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

4 – Tramitação detalhada

- 24/05/2021

Andamento:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

- Apresentação do Voto em Separado n. 5 CCJC, pelo Deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS) e outros. **Inteiro teor (Link de acesso)**

- Data:**

24/05/2021

Andamento:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC) - 09:00:00 REUNIÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (VIRTUAL)

- Apresentados Requerimentos de Retirada de Pauta pelos Deputados Maria do Rosário, Fernanda Melchionna, Gervásio Maia e Carlos Jordy.
- Encaminhou a votação do Requerimento de Retirada de Pauta, de autoria da Deputada Maria do Rosário, o Deputado Gervásio Maia.
- Rejeitado, em votação simbólica, o Requerimento de Retirada de Pauta de autoria da Deputada Maria do Rosário.
- Verificação de votação do Requerimento de Retirada de Pauta solicitada pelos Deputados Maria do Rosário, Vice-Líder do PT, Carlos Jordy, Vice-Líder, do Bloco PSL, PP, PP, PSD, MDB, PSDB, REPUBLICANOS, DEM, PODE, AVANTE e PATRIOTA e Gervásio Maia, Vice-Líder do PSB.
- Rejeitado o Requerimento de Retirada de Paula. Resultado Final: Sim, 22; Não, 38; Abstenção: 0; Obstrução: 0. Total de Votantes: 60.
- Iniciada a Discussão
- Discutiram a Matéria: Dep. Adriana Ventura (NOVO-SP), Dep. Leo de Brito (PT-AC), Dep. Carlos Jordy (PSL-RJ), Dep. Patrus Ananias (PT-MG), Dep. Vitor Hugo (PSL-GO), Dep. Maria do Rosário (PT-RS), Dep. Fernanda Melchionna (PSOL-RS), Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), Dep. Alê Silva (PSL-MG), Dep. José Guimarães (PT-CE), Dep. Padre João (PT-MG), Dep. Claudio Cajado (PP-BA), Dep. Diego Garcia (PODE-PR), Dep. Subtenente Gonzaga (PDT-MG), Dep. Gilson Marques (NOVO-SC), Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS), Dep. Lucas Redecker (PSDB-RS), Dep. Paulo Teixeira (PT-SP), Dep. Alencar Santana Braga (PT-SP), Dep. Orlando Silva (PCdoB-SP), Dep. Perpétua Almeida (PCdoB-AC), Dep. Gleisi Hoffmann (PT-PR), Dep. Joenia Wapichana (REDE-RR), Dep. Rogério Correia (PT-MG), Dep. Rui Falcão (PT-SP), Dep. Fábio Trad (PSD-MS), Dep. Tadeu Alencar (PSB-PE), Dep. Sâmia Bomfim (PSOL-SP), Dep. Glauber Braga (PSOL-RJ), Dep. Bohn Gass (PT-RS), Dep. Erika Kokay (PT-DF), Dep. Nilto Tatto (PT-SP), Dep. Reginaldo Lopes (PT-MG), Dep. Bira do Pindaré (PSB-MA), Dep. Helder Salomão (PT-ES), Dep. Vivi Reis (PSOL-PA), Dep. Talíria Petrone (PSOL-RJ), Dep. Júlio Delgado (PSB-MG), Dep. Pedro Uczai (PT-SC), Dep. Camilo Capiberibe (PSB-AP) e Dep. Ricardo Silva (PSB-SP).
- Assegurada a inscrição para discussão dos Deputados Caroline De Toni, Gervásio Maia, Enrico Misassi, Alice Portugal e Alessandro Molon.

• **Data:**

24/05/2021

Andamento:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

- Apresentação do Voto em Separado n. 6 CCJC, pelo Deputado Orlando Silva (PCdoB/SP) e outros. **Inteiro teor (Link de acesso)**

- Apresentação do Parecer do Relator n. 4 CCJC, pelo Deputado Darci de Matos (PSD/SC). **Inteiro teor (Link de acesso)**
- Parecer do Relator, Dep. Darci de Matos (PSD-SC), pela admissibilidade, com emendas supressivas saneadoras. **Inteiro teor (Link de acesso)**

5 – Enquete da PEC 32

Proposta de Emenda à Constituição

PEC 32/2020

OPINE

Texto original | Siga esta proposta

EMENTA

Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

ENTENDA A PROPOSTA

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, do Poder Executivo, altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A ideia é (...) Saiba mais

AUTOR

Poder Executivo

SITUAÇÃO

Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de

Esta é a versão amigável da ficha de tramitação. O que você achou?

PREFIRO ESTA VERSÃO

Versão anterior desta ficha

SUA OPINIÃO SOBRE ESTA PROPOSTA

Vote na enquete

QUEM VIU ESTA PROPOSTA

VIU TAMBÉM

VOTE NA ENQUETE – COMO ACESSAR:

<https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083>

Você já votou no site da Câmara contra a Reforma Administrativa PEC 32?

Veja a tramitação

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE A PEC 32/2020?

Concordo totalmente

Concordo na maior parte

Estou indeciso

Discordo na maior parte

Discordo totalmente

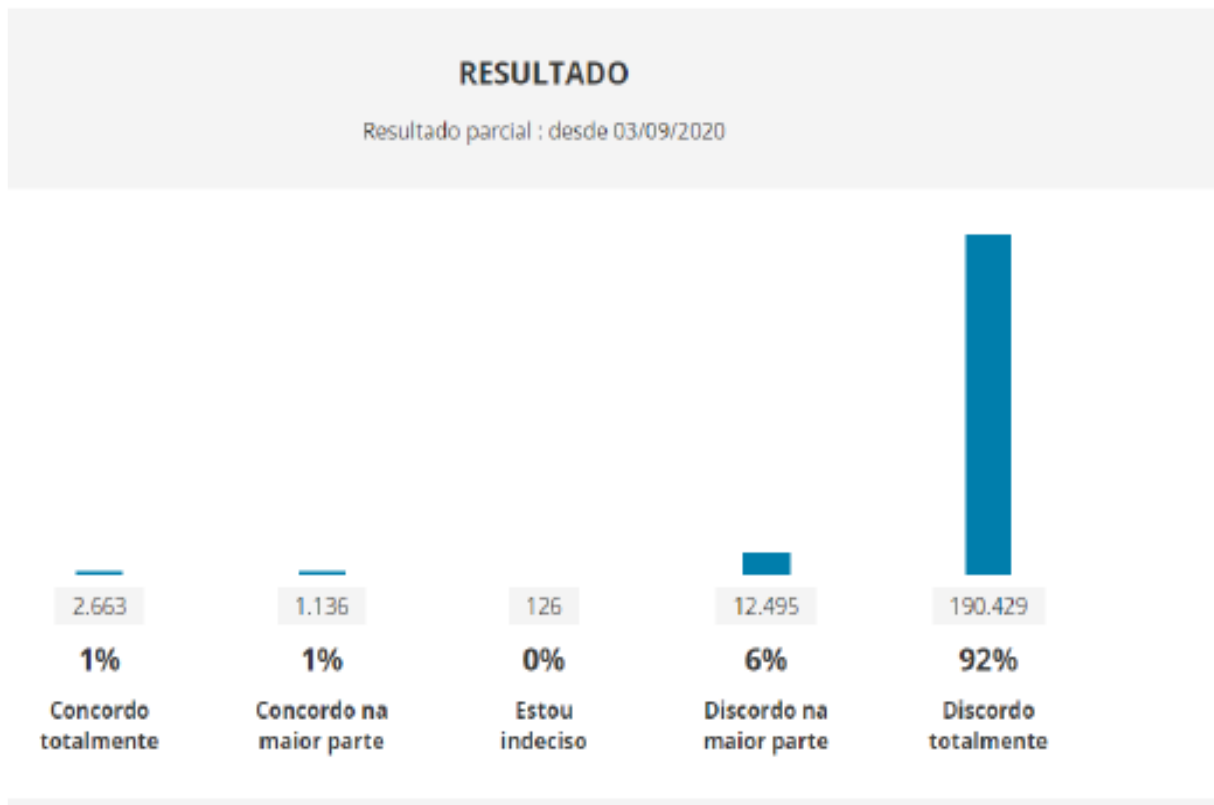
VOTAR

CANCELA A REFORMA Já!

6 – Enquete da PEC 32 (Resultado atualizado)

Dia da consulta à enquete: 20 de maio

 Veja a tramitação |  Entenda a proposta



FONTE: <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083/resultado>

7 – Acesso às reuniões ocorridas na CCJ

REUNIÕES ANTERIORES

É possível consultar vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.

ACESSE: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc>

AGENDA

AMANHÃ terça-feira, 25 de maio

25/05/2021 09h00	Discussão e Votação de Propostas Reunião Deliberativa Anexo II, Plenário 01	convocada
---------------------	--	-----------

Agenda completa →

REUNIÕES

Consulte vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.

< MAIO 2021 >

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

PESQUISA

Palavra-chave:

Data inicial: 24/05/2021

Data final: 24/05/2021

BUSCAR

8 – Agenda do dia de hoje

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Reunião Deliberativa Extraordinária (virtual) - 25/05/2021

- **Pauta** ([link de acesso](#))

DETALHES

Tema:

Discussão e Votação de Propostas

Local:

Anexo II, Plenário 01

Início:

25/05/2021 às 09h00

Situação:

Convocada

PROPOSTAS PREVISTAS - 1

- **PEC 32/2020** ([link de acesso](#)) - Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
 - **Autor:** do Poder Executivo
 - **Relator:** Darci de Matos (PSD-SC)

[Opine sobre esta proposta](#) (**link de acesso**)

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Audiência Pública Ordinária (virtual) - 25/05/2021

- **Requerimento (link de acesso)**
- **Pauta(link de acesso)**

DETALHES

Tema:

Reforma Administrativa e suas Repercussões nos Serviços Públicos.

Local:

Anexo II, Plenário 05

Início:

25/05/2021 às 16h00

Situação:

Convocada

Informações:

Origem: Req. 23/21 - de autoria do Deputado Waldenor Pereira (PT/BA)

Expositores:

Rita Josina - Diretora-presidente da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste (AFBNB);

Heleno Araújo - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE);

Fausto Augusto Júnior - Diretor Técnico do Departamento Intersindical, de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE);

José Maria Moreira Castro - Coordenador-geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA);

George Alex Lima de Souza - Diretor Parlamentar do Sindifisco Nacional.